

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Tiago Dias Ferreira

COOPERATIVISMO COMO CAMINHO VIÁVEL PARA A
EMANCIPAÇÃO DO TRABALHADOR?

Porto Alegre

2013

Tiago Dias Ferreira

COOPERATIVISMO COMO CAMINHO VIÁVEL PARA A
EMANCIPAÇÃO DO TRABALHADOR?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Orientadora: Professora. Dr^a. Ana Mercedes Sarria
Icaza

Porto Alegre

2013

Tiago Dias Ferreira

COOPERATIVISMO COMO CAMINHO VIÁVEL PARA A
EMANCIPAÇÃO DO TRABALHADOR?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Orientadora: Professora. Dr^a. Ana Mercedes Sarria
Icaza

Conceito Final

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Orientador – Prof^a. Dr^a. Ana Mercedes Sarria Icaza – UFRGS

“Qui plume a, guerre a.”

“To hold a pen is to be at war.”

“Segurar uma caneta é estar em guerra.”

Voltaire

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marcos e Mara, pela minha educação e incentivo.

A minha namorada, Jozeanne, pelos puxões de orelha e pela força indispensável.

A meus avós e irmãos pelo apoio e admiração pelo meu trabalho.

A minha orientadora, Ana Mercedes, pela atenção dada, por toda a compreensão e dedicação ao meu trabalho de conclusão.

E especialmente a minha querida avó Isaura, que tinha como maior sonho em sua vida ver um de seus netos formado, pela minha criação, pelo cuidado que teve comigo enquanto meus pais trabalhavam.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como foco a COOLABORE, cooperativa de trabalho do ramo da triagem de resíduos sólidos. Este estudo de caso tem como objetivo analisar como as cooperativas, em especial a COOLABORE, se colocam como alternativas viáveis ao trabalhador desempregado, já não mais aceito no mercado de trabalho em virtude de sua inempregabilidade, causada principalmente pelo desemprego estrutural, falta de escolaridade e idade, e como podem contribuir para a construção dos processos autogestionários na sociedade, de que forma superam a condição de trabalho alienante e nos colocam em direção à construção do socialismo, além de suas dificuldades e limitações. Através de um estudo de caso, consistido na aplicação de questionários e a vivência de sua rotina de trabalho, foram coletados os dados que serão elemento chave para compreender quem é este trabalhador, que busca o cooperativismo como alternativa à sua invisibilidade ao mercado de trabalho e à sociedade. Este trabalho evidencia de que forma o cooperativismo reinsere os trabalhadores excluídos por não estarem dentro dos perfis visados no mercado de trabalho, seja pela idade avançada, seja pela baixa, ou nenhuma, escolaridade. Além disso mostra que os vencimentos obtidos são superiores ao que era pago nos empregos de “carteira assinada”.

Palavras-chave: cooperativismo, trabalho, desemprego, alienação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sexo	41
Tabela 2 – Idade.....	41
Tabela 3 – Escolaridade.....	42
Tabela 4 – Trabalho anterior.....	42
Tabela 5 – Motivos	43
Tabela 6 – Retorno ao trabalho não-cooperado	43
Tabela 7 – Participação nas reuniões.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As carroças	39
Figura 2 – Os cooperados já em sua rota de coleta, em duplas	39
Figura 3 – Esteira de triagem de resíduos.....	40
Figura 4 – A prensa.....	40

SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
1.1	Justificativa Para o Tema	13
1.2	Objetivos	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
2	Revisão Teórica.....	16
2.1	Para Além do Mercado	16
2.2	Solidariedade	20
2.3	Organização Solidária.....	22
2.4	Autogestão	23
2.4.1	Um pouco de história	23
2.4.2	A Autogestão e a Organização Solidária	25
2.5	Alienação e Emancipação do Trabalhador	27
2.6	Limites do Cooperativismo.....	30
2.7	Construção de Uma Sociedade Desmercantilizada.....	32
3	Procedimentos Metodológicos	34
4	O Cooperativismo Como Contexto.....	37
4.1	Da Coolabore	37
4.2	Do Trabalho	38
4.3	Dos Trabalhadores	41
5	Análise dos Dados	46
6	Considerações Finais.....	49
7	Referências Bibliográficas	51
	Anexo A – Roteiro da Entrevista.....	54

Anexo B – Pesquisa Mensal de Emprego.....	56
---	----

1 INTRODUÇÃO

Ao observar as principais lutas e movimentos sociais hoje é inegável a constatação de que, paulatinamente, está sendo colocado em segundo plano o ideal de mudança estrutural do sistema vigente. Para Novaes (2011), com o surgimento de teorias como a do Socialismo de Mercado, abriu-se o debate do discurso de adaptação, de transformação do capitalismo como alternativa viável para uma realidade “menos desigual”, em substituição, ao menos nesta etapa, de luta pela implantação de um regime alternativo ao capitalismo.

O tom desesperançoso de tais movimentos torna indispensável entendermos os fenômenos por trás desta aceitação calada, em todo setores da sociedade, de que o capitalismo seja a única alternativa. Um dos pensadores que se dispôs a entender tal tendência, de Sousa Santos (2002, p. 24), identifica duas razões dependentes entre si: “Em primeiro lugar, vivemos em uma época em que a ideia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história do capitalismo mundial.”

Ao final da Guerra Fria, o crescimento acelerado das repúblicas do bloco capitalista fez emergir o pensamento de que não haveria outra forma, que não o capitalismo neoliberal. Até mesmo movimentos progressistas aceitavam a ideia de que estamos vivenciando o apogeu da única alternativa, não havendo sequer abertura para o debate de outra visão de como organizar o espaço socioeconômico.

A decadência e subsequente queda dos regimes socialistas é, para o autor, a segunda razão que explicaria tal tendência:

[...] a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável. O autoritarismo político e a inviabilidade econômica de sistemas econômicos centralizados foram dramaticamente expostos pelo colapso destes sistemas no final dos anos 1980 e princípio dos 1990 [...] (DE SOUSA SANTOS, 2002).

Em segundo lugar, pensar formar econômica alternativas é urgente pois a alternativa surgida no século XX não foi exitosa nem desejável pelo trabalhador: o fracasso das economias centralizadas, que tampouco serviriam como alternativas com capacidade de emancipar a população nos servem de alerta, um aviso para os que possuem a ambição de criar outras formas de se pensar o não-capitalismo. Devem-se buscar outras formas, que não coloquem o socialismo

como uma exigência imposta de cima para baixo, como o que fora tentado no bloco socialista, mas que tenham em si o objetivo de, emancipando o trabalhador, inspirá-los para a quebra do paradigma capitalista.

É imprescindível salientar que o socialismo stalinista da Guerra-Fria não foi o único antagonismo ao capital de que se tem notícia. Desde o século XIX, durante a Revolução Industrial inglesa, impulsionados pelas crises sociais, diversas iniciativas de ruptura com o capitalismo surgiram em defesa da classe trabalhadora, movimentos sociais representados neste período fortemente pelos sindicatos.

A mais emblemática das iniciativas é a da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, trabalhadores de diversos ofícios, que após uma longa greve que culminou na derrota dos trabalhadores, fundaram uma aldeia cooperada com o intuito de promover a aquisição de itens de consumo aos seus cooperados.

O cooperativismo é a primeira ruptura com o capitalismo, dentro do próprio capitalismo: “(...) dentro delas, a contradição entre capital e trabalho está superada” (MARX, 1988 apud SINGER, 1988, p. 128).

Desta forma fica clara a importância das pequenas iniciativas que possuem como objetivo a organização econômica calcada na igualdade, solidariedade, emancipação e harmonia com o meio-ambiente, a necessidade de analisar estas experiências que, mesmo que pequenas, são espaços de construção de outras formas de produzir e viver, uma quebra deste paradigma, mostrar a todos que é possível pensar uma relação baseada em valores que não a concorrência, egoísmo propriedade privada.

Para Kraychete (2002), predomina a aceção de que economia e solidariedade são conceitos antagônicos, que se repelem entre si. No mundo atual, da concorrência de todos contra todos, que pode, alegoricamente, ser explicado por Hobbes (1651, pg. 79): “[...] war of every man against every man [...]”, “bellum omnium contra omnes”, a guerra de todos contra todos: o estado natural do homem egoísta e centrado em si.

Kraychete (2002) traz um trecho sempre citado quando o assunto é o comportamento do homem econômico:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1776, p. 5).

Kraychete (2002) traz a refutação deste trecho citada por Amartya Sen (1987, p. 16): “o egoísmo universal como uma realidade pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da racionalidade é patentemente um absurdo”. Este pensamento defendido pela teoria econômica contemporânea não contempla as diferentes motivações inerentes ao comportamento humano, reduzir tudo ao interesse próprio é, no mínimo, radical. Desta nega-se qualquer impulso que vá além da lógica concorrencial pregada pelo mercado econômico, o que entra claramente em contradição com as iniciativas advindas dos próprios trabalhadores associados.

Como mostra Kraychete (2002) temos que “diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da ‘reprodução da vida da unidade familiar’”. Nesta lógica que estarão baseados movimentos onde a solidariedade está acima do interesse individual, onde o coletivo é tido como cerne.

Dado que o sistema atual não foi capaz de corrigir as disparidades entre a camada mais pobre e a mais abastada da sociedade e, muito pelo contrário, é tido como principal agente potencializador deste fenômeno. Ao motivar a luta de classes, aqui representada pelo embate capital versus trabalho, enfrentamento este que é vencido pela supremacia do capital sobre o trabalho apontada por Marx (1988), o sistema capitalista amplia a diferença entre ricos e pobres.

À medida que o desenvolvimento é direcionado à classe dominante do capital, fica clara a carência de alternativas que estejam em harmonia com os princípios da solidariedade e não da concorrência egoísta, que partam de processos os quais visem o estímulo à práticas solidárias, baseadas na ideia de igualdade, seja ela de poder, de oportunidades, e de remuneração do seu esforço, entre todos os seus membros.

Pensar em alternativas ao que é preconizado hegemonicamente pelo sistema capitalista, que possuam como base o ideal da solidariedade, nos traz uma importante forma de se pensar e organizar o trabalho em prol do trabalho: o cooperativismo, aqui sendo representado pela Cooperativa de Construção Civil e Limpeza Urbana (COOLABORE).

A COOLABORE, fundada em 1994 em Campo Bom, com o objetivo de propor um caminho alternativo para trabalhadores em condições de extrema precariedade, mais especificamente, catadores de lixo da região, mostrando-lhes que, através da cooperação, da associação dos trabalhadores, é possível transformar um trabalho realizado às margens da sociedade num esforço digno e com recompensas muito acima do esperado por estes “marginais”.

Hoje a Cooperativa atua, também, em Novo Hamburgo, sendo a responsável pela triagem dos resíduos sólidos da cidade. Contando com cerca de 50 cooperados, em sua maioria ex-catadores, que, antes buscavam sobrevivência nos detritos reaproveitáveis encontrados pelas ruas, hoje aspiram à ampliação da planta onde trabalham.

Este trabalho se propõe a realizar uma análise de como é geridas uma destas iniciativas cooperativistas, mais especificamente a COOLABORE, o potencial transformador destes movimentos ao passo que se colocam como alternativas ao modelo de organização hegemônico no sistema capitalista, isto é, firmado sobre a égide do interesse pessoal em prevalência aos coletivos, e qual seu papel na quebra do paradigma concorrencial egoísta como única forma de direcionar esforços em prol do desenvolvimento da sociedade.

Entretanto, cabe frisar que este trabalho não propõe a delimitar o cooperativismo como alternativa ao próprio sistema capitalista, uma vez que o próprio está inserido dentro do mesmo contexto histórico e se valendo das mesmas tecnologias utilizadas e disponíveis no capitalismo.

1.1 JUSTIFICATIVA PARA O TEMA

Fato é que, no ponto de equilíbrio de curvas de oferta e demanda, seja ela por bens supérfluos, seja por bens de extrema necessidade, há um potencial latente não explorado. É justamente este tipo de racionalidade concorrencial absoluta que gera as enormes disparidades verificadas no capitalismo neoliberal. Neste âmbito a solidariedade é tida como um comportamento desviante, incompatível com a de um agente econômico, ser solidário é quase tido como uma atitude revolucionária por si só, pelo rompimento do paradigma do racionalismo economicista.

A monotonia e superficialidade como são tratadas as possibilidades de mudança, limitadas a tornar igualitária a ideia de desenvolvimento defendida pela elite dominante, que preconiza tão somente o desenvolvimento da renda, incentiva este debate: é possível construir uma organização fora dos moldes apregoados pelo ideário capitalista neoliberal, baseada em valores tidos como irracionais, como solidariedade, igualdade e preponderância do coletivo. Mas é este modelo, que aqui define-se como solidário, capaz de se apresentar como alternativa viável? Como uma saída emancipadora do trabalhador?

Dada a importância dos movimentos associacionistas, no momento em que reproduzem um meio de produção baseado na propriedade coletiva, fazendo oposição à propriedade privada; a cooperação e colaboração frente à concorrência; e a solidariedade como contraponto ao egoísmo e o interesse pessoal, é imprescindível estudar estes grupos como uma alternativa,

como inspiradora na criação de laços mais solidários e, por sua vez, menos predatórios entre as pessoas. Que, a cada dia, as relações de trabalho estejam mais próximas da colaboração entre indivíduos iguais do que um contrato de dominação entre indivíduos desiguais.

É importante salientar que, iniciativas como estas – solidárias, socialistas, sociais, comunistas, etc. – são, no mínimo, contemporâneas ao surgimento do capitalismo, até mesmo mais antigas que o sistema atual tal e qual é concebido. Das unions¹ inglesas às mutuais² belgas, houve a discussão individualidade versus coletividade. Esta pesquisa visa contribuir para a reflexão e análise das iniciativas de luta pelos ideais da igualdade e solidariedade entre todos os homens.

Neste cenário de oposição à primazia do capital sobre o trabalho, existem iniciativas dos trabalhadores, são movimento que visam contrapor o capitalismo como único meio de produção. Para este trabalho foi acompanhado o dia-a-dia dos trabalhadores da COOLABORE, a fim de verificar, no seio da luta, como se dão os processos cujos objetivos são a emancipação do trabalhador frente as forças alienantes do capitalismo e o resgate de trabalhadores considerados inempregáveis pelas empresas de gestão tradicional e heterogestionária.

Estas iniciativas, muitas vezes invisíveis aos cidadãos, devem ser analisadas com o objetivo não somente de entendê-las e aperfeiçoá-las, compreendendo seus processos gerenciais e como se dá administração como uma todo deste empreendimento tão peculiar, mas também com a finalidade de difundir, propagar e apresentar ao mundo esta nova forma de se fazer economia.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a COOLABORE como iniciativa solidária e verificar o potencial transformador da forma de organização cooperativista na emancipação do trabalhador, suas dificuldades e suas limitações – tanto provenientes da própria forma de organização enquanto firmada sobre tecnologia surgida em meio ao capitalismo como as advindas da conjuntura onde está inserida a cooperativa.

¹ Legais desde 1871 na Inglaterra, os sindicatos participam na formulação das diretrizes dos setores onde atuam.

² Sociedades de Socorro Mútuo, associações de trabalhadores, atuam como “convênios” de saúde.

1.2.2 Objetivos Específicos

Estudar as práticas da COOLABORE a fim de observar como se comportam os empreendimentos autogestionários e sua capacidade de emancipação do trabalhador.

Verificar o potencial da COOLABORE como geradora de renda para os trabalhadores cooperados e a possibilidade de obterem-se vencimentos e/ou benefícios que justifiquem a prática como uma alternativa à venda da mão de obra em empresas capitalistas.

2 REVISÃO TEÓRICA

Ao tecer a revisão teórica que nos guiará através dos conceitos que serão utilizados para os objetivos desta pesquisa, faz-se necessário conceituar alguns dos elementos chave para a análise da cooperativa que será objetivo deste projeto.

Inicialmente esboçaremos uma análise do que se entende por pensamento econômico no contexto atual do sistema capitalista, explicando princípios que regem as relações econômicas estabelecidas pelo homem. Em seguida traremos o conceito de solidariedade em contraponto à competição e quais os efeitos de ambas na construção da sociedade.

Após estes conceitos base, será explicada brevemente o que se entende por uma organização solidária, mais precisamente, uma empresa onde a solidariedade seja o princípio norteador das relações nela estabelecidas.

Acompanhada deste conceito está a delimitação do que se compreende de autogestão, característica marcante dos empreendimentos solidários, que é a maior horizontalidade possível das relações intra-empresa. Juntamente a conceituação será analisada suas diversas faces no cooperativismo e como ela se completa, ou não, na atividade associada.

Como conceito chave deste trabalho será abordada a emancipação do trabalhador, o conceito de emancipação está diretamente ligado e diametralmente oposto ao conceito de alienação, discutido por Karl Marx em seus escritos em 1844.

Após, serão discutidos os limites³ da aplicação destes conceitos como alternativa aos empreendimentos tidos como capitalistas, que seguem a lógica utilitarista e concorrencial predominantes no sistema capitalista.

A desmercantilização da sociedade surge, ao final, como alternativa para os limites apontados nas partes anteriores, a construção de um mundo sem objetificação do trabalhador e alienação.

2.1 PARA ALÉM DO MERCADO

Será que a economia entendida em seu sentido amplo, ou seja, como conjunto das atividades de contribuem para a produção e a distribuição de riquezas, pode resumir-se ao circuito clássico das trocas constituído pelas esferas do Estado e do mercado nas sociedades contemporâneas? Para além do mercado e do Estado, será que a própria

³ Jamais esquecendo que o entendido por cooperativas não se trata de um estado de mundo final na caminhada por uma realidade equânime para todos os homens, é parte de uma trajetória.

sociedade não tem nada a dizer em termos de criação e distribuição de riquezas de um outro modo de “fazer economia”? (FRANÇA FILHO, 2004, p. 15)

O pensar e o agir econômico, no atual contexto do capitalismo, nos remetem, imediatamente, às trocas mercantis, mais especificamente ao mercado autorregulado de trocas. Dada sua grande importância nas relações sociais, passando a preencher lacunas cada vez maiores na vida das pessoas, passando a compor até mesmo, papel importante na construção da imagem dos indivíduos, não é de se surpreender que este, o mercado, passe a representar a totalidade no que tange a Economia (FRANÇA FILHO, 2004).

A despeito da importância dada ao mercado no contexto econômico atual, aparece como tradução quase que literal do reagrupamento das atividades econômicas submetidas às necessidades humanas:

Diante dessa exigência, o recuso mercado é apresentado, na ciência ortodoxa, como realização final de um processo que otimiza o destino e a repartição dos recursos. As incontáveis operações de transferência e de escolhas constitutivas da vida social seriam asseguradas majoritariamente pelos mecanismos de mercado [...]. (FRANÇA FILHO, 2004, p. 31)

Ao contrário do que se possa imaginar, o mercado é uma criação do homem, uma construção social que não representa as relações humanas *per se*, há diversas outras formas de um agir e pensar econômicos que vão além de mercantil e monetário. O mercado não constitui a forma de estágio final evolutivo de como repartimos e distribuimos os produtos de nossa atividade econômica, trata-se apenas de umas das possibilidades dentro da Economia.

Nas sociedades medievais, onde predominavam os modelos centralizados, cujas principais características são: a autarcia, a capacidade de se produzir todos os bens necessários para determinada região, uma sociedade que basta para si, no que tange à oferta das demandas existentes na região. Neste cenário o mercado, representado pelas trocas, não compunha papel de importância exacerbada como vemos na contemporaneidade: “ela se limitava a certos tipos de relações entre grupos e pessoas que estavam longe de representar a totalidade destas relações.” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 35)

Ainda em França Filho (2004) temos a definição de Polanyi (1983), de três outros princípios econômicos que vão além da esfera do mercado: os princípios da domesticidade, da reciprocidade, da redistribuição e, por fim, do mercado.

O princípio da domesticidade consiste na produção para usufruto próprio, atendendo apenas as necessidades do grupo em questão. É o grupo que determina a totalidade das ações

econômicas, influenciando diretamente naquilo que é produzido, ofertado. A domesticidade não leva em consideração as formas de organização do grupo, podendo este se organizar democrática ou despoticamente e, independentemente de como se comportam os fatores organizacionais, limitar sua racionalidade econômica para as necessidades do grupo fechado.

Em seguida, temos o princípio da reciprocidade, que tange a relação existente entre um grupo de pessoas, através de uma “sequência durável de dádivas”. Neste princípio, as transferências se firmam como parte indissociável das relações humanas: a dádiva e a contradádiva são tidas como fatos sociais elementares. Aqui estão incutidas as noções de simetria, das trocas equivalentes, e da figura simbólica do artefato trocado, do valor não monetário.

Por fim, a redistribuição, princípio o qual define a autoridade responsável pela distribuição do resultado da atividade econômica na sociedade. Aqui fica pressuposta uma ideia de centralidade, uma figura capaz de ditar as regras e, até mesmo, aplicar punições. Entretanto esta figura pode tomar diversas formas, como o chefe de uma tribo, o déspota, o senhor feudal ou o Estado.

Destes diferentes princípios, emergem diferentes esferas na sociedade: da economia mercantil do século XIX, com suas instituições baseadas na liberdade e igualdade, deixou ao mercado a missão de regular e pacificar as relações dos homens; até o surgimento de uma nova economia, firmada nos princípios da reciprocidade e redistribuição, proveniente da persistência da economia tradicional, baseada nos laços fraternais, de auxílio mútuo, surgida nestes novos espaços públicos, nos quais os trabalhadores se permitem lutar pelo atendimento imediato de seus problemas. (FRANÇA FILHO, 2004)

Para entender o surgimento desta nova dinâmica, deve-se antes entender o contexto histórico no qual surgem tais movimentos de oposição à dominação do capital, movimentos sociais, sejam eles sindicatos, unions, sociedades de socorro mútuo, clubes de troca. É cabido dizer que, estão relacionados, como um todo, aos momentos de crise econômica.

Tal crise vem minar as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcados pela sinergia Estado e mercado. É justamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a dar sinais de fraqueza na sua capacidade de satisfazer necessidades, que outros fenômenos tomam corpo e se desenvolvem. (FRANÇA FILHO, 2004, p. 21)

Entretanto, não é apenas nesta necessidade de superação da crise que reside a razão para o surgimento destas iniciativas, trata-se de uma “relação ambígua” entre necessidade e ação “voluntária permeada por valores”. (FRANÇA FILHO, 2004)

Este debate tem seu início no século XIX, na Europa, frente a crise que levava a pauperização da sociedade, a efervescência associacionista com base na discussão sobre economia e democracia em torno do direito do trabalho.

Pode-se dividir este contexto histórico em três principais momentos: surgimento, declínio e ressurgimento. No primeiro momento, dois casos são emblemáticos: o caso inglês, onde se afirmava a solidariedade dos mais ricos para com os pobres, assumindo, então, a figura da filantropia, apregoando a importância do agente privado na distribuição; e o caso francês, onde a ênfase se deu sobre as auto-organizações operárias, cenário onde a caridade inglesa deu lugar à solidariedade entre cidadãos considerados livres e iguais, trata-se de um laço social voluntário que os une.

Após o apogeu destas atividades, tal projeto enfrenta seu declínio:

Além da repressão às formas de organização populares, estas são levadas a se alinhar segundo as normas do mercado e do Estado, enfrentando assim processos de especialização de atividades e profissionalização gestonários. (FRANÇA FILHO, 2004, p. 24)

A tendência isomórfica, aqui apresentada como a tendência à institucionalização – ou banalização – do movimento, onde todas as iniciativas, por estarem submetidas às “regras do jogo capitalista”, devem se adequar a seus ditames e sua lógica. Além disso, contribuíram para esta segunda fase, de declínio, a mudança da concepção de solidariedade: esta passaria a ser uma obrigação do Estado para com seus cidadãos, o Estado deve ser o garantidor de tal direito, completando as lacunas deixadas pelo mercado. Este duplo movimento de mudança nas concepções de economia de mercado e de solidariedade tem como consequência o surgimento do Estado social.

Por fim, no terceiro momento, a conhecida crise do trabalho e os subsequentes questionamentos da capacidade de crescimento dos mercados servem para abalar o equilíbrio vigente Estado-mercado (Estado social). Neste contexto renascem as experiências relacionadas com o projeto originário da Economia Solidária, como exemplo as iniciativas locais de serviços, misturando usuários e gestores destes serviços. Estas experiências fazem ressurgir o debate entre economia e solidariedade dentro de alguns pontos, debatidos por FRANÇA FILHO (2004).

O fato de os trabalhadores e usuários trabalharem na oferta de serviços, tais iniciativas representam a criação de novos espaços públicos: os espaços públicos de proximidade, que são prolongamentos das comunidades anteriores a este contexto histórico, estes espaços estão baseados na solidariedade como combinação da solidariedade abstrata estatal e a tradicional: “a dimensão pública da primeira com a força dos laços comunitários da segunda.” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 20)

Ademais, o debate reintroduz a ideia segundo a qual a economia não se limita ao mercado, mas pressupõe, também, a solidariedade, seja ela recíproca ou redistributiva. O foco então é a redefinição da economia englobando as esferas para além do mercado.

2.2 SOLIDARIEDADE

Quando o mercado, no papel de panaceia universal, em conjunto com a ação do Estado – princípio da redistribuição – não é capaz de atender todas as demandas da sociedade, as outras formas de se promover a economia emergem. Suscita-se o debate acerca de como está organizada a economia e quais os princípios que devem guiar este pensar e agir econômico.

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a toma-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por números vestibulandos e assim por diante. (SINGER, 2006, p. 7)

Apesar de todas as virtudes da competitividade, selecionar o mais apto para cada empreitada, cargo, função, vaga, etc., esta forma de racionalizar o modo de nos organizarmos apenas na “sobrevivência do mais apto”, quase que mergulhando num Darwinismo Social⁴, traz como consequência a polarização do homem em duas categorias: o vencedor e o perdedor.

Os resultados, sejam eles positivos ou negativos, têm a tendência de acumularem-se ao longo do processo, potencializando fracassos e sucessos:

⁴ Aplicação da teoria da Seleção Natural de Charles Darwin, presente em seu livro “A Origem das Espécies”, de 1859, aos seres humanos. Neste livro o autor explica os mecanismos responsáveis pela seleção dos seres vivos mais aptos à sobrevivência, onde as características mais favoráveis são passadas adiante, enquanto os portadores de características desfavoráveis pereceriam fadados a desaparecer.

Empresários falidos não têm mais capital próprio, e os bancos lhe negam crédito exatamente porque já fracassaram uma vez. Pretendentes a emprego que ficaram muito tempo desempregados têm menos chance de serem aceitos, assim como os que são mais idosos. Os reprovados em vestibular precisam se preparar melhor, mas como há gastaram seu dinheiro fazendo cursinho, a probabilidade de que o consigam é cada vez menor. (SINGER, 2006, p. 8)

Desta forma fica evidente uma das principais mazelas do capitalismo, a produção exponencial de desigualdades, a polarização do mundo na dicotomia vencedor-perdedor. Ao passo que o vencedor acumula vitórias e esbanja os “espólios de guerra”, o perdedor acumula derrotas e as penalidades impostas por cada uma delas, o distanciando cada vez mais do “mundo dos vitoriosos”.

Neste âmbito, faz-se necessário um pensamento econômico que perpassa a competitividade, que veja o ser humano como mais do que um mero *homo economicus*, movido apenas pelas recompensas materiais e/ou monetárias, que admita que todas outras dimensões do ser: cultural, moral, ética, social, política e religiosa.

A Economia Solidária ressurgir hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA)

A solidariedade, no que tange os aspectos econômicos é justamente isso: um pensar e agir que vai além da valoração monetária de todas as esferas da vida humana. Não se opõe ao mercado, mas se opõe a ideia de que tudo esteja subentendido no meio mercantil. Que a competição cega seja superada, que seja alcançada a solidariedade entre os indivíduos, não havendo mais vencedores ou perdedores, apenas cooperadores entre si.

Numa sociedade solidária a igualdade entre homens é alcançada através da igualdade nas relações: “A chave desta proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2006, p. 9). Este é o princípio básico da solidariedade na economia, a inexistência de competição entre associados, todos compartilhariam todas as etapas do trabalho e, por fim, compartilhariam o resultado, positivo ou negativo, de seu esforço coletivo.

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina *modo de produção*. (SINGER, 2006, p. 10)

No modo de produção capitalista, o pensamento que rege a organização está baseado na propriedade privada do capital, dividindo a sociedade em dois grupos distintos: os detentores do capital, dos meios de produção; e os trabalhadores que, não possuidores de capital, se veem obrigados a vender a única coisa que lhes resta, sua força de trabalho – os vencedores e os perdedores, e, como vimos anteriormente, esta distância entre os dois grupos tende a aumentar com o tempo.

Com a própria economia política, usando suas próprias palavras, demonstramos que o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos, e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; e, por fim, que a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades. (MARX, 1844)

As ações solidárias emergem neste contexto de desigualdade, como uma maneira de reaver o equilíbrio perdido no acúmulo subsequente de derrotas, de um lado, e vitórias, do outro. Na expectativa de mitigar esta mazela, “cidadãos autorizam-se a resolver os problemas imediatos que se colocam nas comunidades ou profissões (...)” (FRANÇA FILHO, 2004).

2.3 ORGANIZAÇÃO⁵ SOLIDÁRIA

Na empresa capitalista, onde funcionários possuem salários desiguais que, a princípio, estão calculados sobre o ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda desta profissão em específico. Este cálculo se estende para além do salário propriamente dito, alcançando os benefícios crescentes para as posições a serem preenchidas pelos empregados mais raros no mercado.

Desta forma, diretores recebem mais vantagens que os supervisores, que por sua vez ganham mais que os simples funcionários de uma empresa. Voltamos aqui ao cenário vencedor-perdedor, que se reprisa até mesmo dentro da classe trabalhadora: aqueles que possuem maiores salários e benefícios possuem mais chance no mercado de trabalho do que os funcionários de

⁵ Aqui utilizaremos o termo “organização” de modo diverso à “empresa” utilizado por SINGER (2006) por entender-se que o termo empresa implica a limitação das práticas solidárias apenas para o âmbito empresarial, o que seria um equívoco. O que se compreende da solidariedade como princípio é que esta seja levada para além dos portões da fábrica.

classes mais baixas, com maiores dificuldade de se aperfeiçoarem, ficam estagnados ou, nos casos extremos, de fora do mercado de trabalho, não obtendo mais emprego.

Diferentemente do empreendimento capitalista, na empresa solidária os sócios recebem quantidades semelhantes de remuneração, denominada, retirada. Em alguns empreendimentos solidários, é aceito que haja certo grau de disparidade entre as retiradas, pois os trabalhadores, já habituados com as desigualdades existentes no capitalismo, permitem certo grau de diferença entre as remunerações dadas às diferentes profissões, refazendo ressurgir a hierarquia a qual sempre foram submetidos.

Num primeiro momento, não é possível verificar tamanha diferença entre os empreendimentos capitalistas e solidários, entretanto, não é apenas na forma como são calculadas as remunerações dos sócios que as empresas solidárias se diferenciam, mas também na proporção destinada a remuneração dos sócios, pensando-se solidariamente não há a minimização dos vencimentos obtidos pelos trabalhadores tendo em vista a maximização do lucro repassado aos acionistas: todos são trabalhadores e acionistas da própria empresa solidária.

O mesmo vale para a destinação dos lucros ou sobras. Na empresa capitalista, prevalecem sempre o poder e os interesses dos acionistas, representados pelo grupo controlador. Na empresa solidária, prevalecem o poder e o interesse dos sócios [...]. (SINGER, 2006, p. 16)

O interesse dos associados deverá ser sempre a solidariedade, ter ela como início, meio e fim de qualquer atitude tomada dentro e fora da empresa, visando à difusão, nacional e/ou internacional da gestão democrática e igualitária das atividades econômicas.

2.4 AUTOGESTÃO

2.4.1 Um pouco de história

(...) a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas de poder, os centros de decisão, de gestão e controle e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das

decisões, dos cargos e dos acordos. (NASCIMENTO, 2004 apud NOVAES, 2011, p. 27)

Embora o termo autogestão tenha sido cunhado recentemente, data do final da década de 1960, seu sentido como fenômeno social sempre esteve presente nas lutas de classes, no rompimento com a disciplina e hierarquia previamente estabelecidas, na ruptura com a sociedade instituída e na criação de novas relações sociais.

Durante todo século XIX, irromperam associações autônomas de trabalhadores como resposta imediata aos abusos do salariedade (SARDÁ e NOVAES, 2012), instituições estas baseadas na reciprocidade, coletivismo e igualitarismo.

As associações do século XIX, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade, a fragmentação pelo coletivismo, revelam um processo de auto-organização tomado como meio e fim. A autogestão das lutas surge como condição para a autogestão da produção e da vida social. (SARDÁ e NOVAES, 2012, p. 158)

Estas associações autogeridas eram organismos de luta, criados com a finalidade de abrir caminho para a emancipação⁶ social do trabalhador. Visto por Marx o fundamento para o prenúncio da transformação do sistema capitalista rumo ao comunismo.

Para Marx, o surgimento das associações trata de uma prática social que contempla um fim em si, ela é seu meio e fim ao mesmo tempo. Ao passo que constituem suas associações de luta, estão contribuindo para a formação de uma sociedade baseada nas mesmas premissas de solidariedade, coletivismo e autogestão.

Entretanto, Sardá e Novaes (2012) salientam que não devemos confundir com um meio que tornara-se fim dele próprio, neste caso teríamos um processo burocratizado, onde a finalidade da instituição torna-se ela própria e sua finalidade inicial é esquecida.

... houve uma demolição, pedaço por pedaço, de toda a organização capitalista do trabalho: as fábricas da Comuna foram exemplo de democracia proletária. Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe etc. Tinham o direito de revoga-los. Eles mesmos decidiam os salários, horários e condições de trabalho; um comitê de fábrica se reunia todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro autogoverno dos trabalhadores. (NASCIMENTO, 2002 apud SARDÁ e NOVAES, 2012, p. 162)

⁶ O conceito de alienação e emancipação será tratado a seguir.

O que está exposto até aqui sobre autogestão, não se limita a trocar gestores por outros, também não se trata a mudar as formas de gestão por outra mais democrática, o que está sendo proposto é a transformação da sociedade, na mudança da propriedade privada para a coletiva. São lutas unificadas, a luta política e a luta econômica, marca a luta pelo fim da escravização social.

Entretanto, o capitalismo é um sistema totalizante, sua reprodução exige que as relações sociais que servem de base para o sistema sejam reproduzida em todas as esferas da vida humana. A autogestão é a resposta totalizante a este sistema, “a aspiração autogestionária remete à autoinstitucionalização de uma nova realidade social” (SARDÁ e NOVAES, 2012, p. 171).

Esta generalização para além do universo das fábricas constitui numa nova sociedade:

Queremos uma sociedade autogerida. O que isso quer dizer? Uma sociedade que se auto gere, isto é, dirige a si mesma. Mas isso ainda deve ser precisado. Uma sociedade autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é, a cada vez, concernida pelo objeto dessas decisões. Isto é, um sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente o que devem fazer e como devem fazê-lo nos limites exclusivos que lhes traçar sua coexistência com outras unidades coletivas. Desta forma, decisões que dizem respeito aos trabalhadores de uma oficina devem ser tomadas pelos trabalhadores dessa oficina; aquelas que se referem a outras oficinas ao mesmo tempo, pelos respectivos trabalhadores ou pelos delegados eleitos e revogáveis; aquelas que dizem a respeito a toda a empresa; por todo o pessoal da empresa; aquelas que se referem ao bairro, pelos moradores desse bairro, e aquelas que dizem respeito a toda a sociedade, pela totalidade dos homens e das mulheres que nela vivem. (CASTORIADIS, 1988 apud SARDÁ e NOVAES, 2012, p. 171)

Autogestão significa a retomada, por parte do trabalhador, do controle do processo de trabalho, do produto do seu próprio trabalho de si e da civilização humana. É o caminho para a emancipação do trabalhador (MÉSZÁROS, 2002 apud NOVAES, 2011).

2.4.2 A Autogestão e a Organização Solidária

As diferenças entre as empresas capitalistas e as empresas solidárias não se encerram na forma como os trabalhadores são remunerados, elas se estendem até a forma como se organizam e como são geridos estes empreendimentos.

Na empresa capitalista, prevalece a heterogestão, a administração hierarquizada, composta por diferentes níveis de poder e influência. É através destes níveis que fluem as informações e as decisões acerca dos rumos da empresa.

Este modelo prega, essencialmente, a partilha desigual do poder na empresa: funcionários de escalões baixos não possuem poder de decisão sequer sobre suas condições de trabalho, sendo confinados em espaços pré-determinados, limitados e modelados pela estrutura da empresa. As decisões são tomadas em âmbito diferente ao do corpo técnico-operacional, a cúpula estratégica (MINTZBERG, 1983) detém todo poder decisório para si, na medida em que é tomada como o cérebro da organização.

Além disso, cada nível hierárquico compõe um diferente arcabouço de conhecimento sobre a empresa e as tarefas a serem desenvolvidas: ao trabalhador dos níveis mais baixos, limita-se o acesso ao conhecimento para não mais que o mínimo necessário para que se cumpra suas tarefas conforme esperado pelos supervisores; ao passo que se sobe na hierarquia, mais conhecimento sobre a empresa é obtido, afim de fornecer ao trabalhador um ferramental teórico maior para a realização de tarefas cada vez menos repetitivas; por fim, nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa tende a ser total, pois cabe a estes definir os rumos do empreendimento.

Na empresa solidária predomina a administração democrática, onde se pratica a chamada autogestão:

Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. (SINGER, 2006, p. 18)

Ao contrário das empresas capitalistas, o fluxo de ordens e informações é invertido: os delegados, que aqui poderiam ser classificados como numa hierarquia “superior”, recebem as ordens dos funcionários que ele possui o papel de representar; além disso, cabe a ele repassar as informações a respeito das decisões que estão sendo tomadas e as discussões acerca destas decisões.

Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. Ao longo do tempo, acumulam-se diretrizes e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas frequentes. (SINGER, 2006, p. 19)

Esta outra forma de se partilhar o poder pressupõe a democracia direta, algo não vislumbrado no seio das empresas capitalistas, desta radicalização da democracia amplia-se a disputa e as tensões entre capital e trabalho, visando a supressão das relações tirânicas inerentes ao capital e suas relações de exploração (SARDÁ e NOVAES, 2012).

A autogestão é meio para uma sociedade emancipada, autônoma e socialista, o que quer dizer que é meio e fim ao mesmo tempo. Ela é um dos pilares centrais das lutas anticapital, e nessa medida deve germinar e prosperar nos movimentos sociais antissistêmicos (...). (SARDÁ e NOVAES, 2012, p. 156)

Entretanto, para a prática da autogestão, exige-se um esforço maior do associado, que uma vez acostumado apenas com o cumprimento de suas tarefas repetitivas e de inexistência de tomada de decisão até mesmo sobre as questões pertinentes à sua função, pode se mostrar resistente a trazer para si mais esta responsabilidade: de participar nos debates e nas decisões que ditarão os rumos da empresa solidária.

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral, não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. (SINGER, 2006, p. 19)

Assim, a autogestão fica ameaçada quando se visa o menor esforço necessário, é uma prática que impõe a necessidade da participação ampla e irrestrita de todos os envolvidos. Essa carência de iniciativa democrática por parte dos trabalhadores em geral é oriunda das práticas que prevalecem no cenário capitalista, onde não há participação ou sequer interesse nas necessidades dos trabalhadores de níveis hierárquicos mais baixos.

A prática autogestionária possui potencial emancipatório: exige a educação do associado, maior conhecimento sobre a empresa e até mesmo sobre a realidade do setor no qual ela está inserida e, por sua vez, sobre toda organização da sociedade.

2.5 ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO TRABALHADOR

Alienação é um estado de contradição da própria existência do homem, é um ser que carece de si, sem poder sobre aquilo que ele mesmo cria, através de seu trabalho, volta-se contra ele próprio, destruindo-o.

O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é

simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação. (MARX, 1844)

Com a produção em massa de bens, na Revolução Industrial, a relação entre o valor produzido pelo trabalhador e o quanto ele recebe pelo que produziu atinge uma distância jamais vista na história, o acúmulo de capital torna cada vez mais díspar a realidade de capitalistas e trabalhadores.

Quanto mais o operário produz, maior o valor que ele cria para o detentor de sua força de trabalho: o capital. Quanto maior o poder do capital, menor a autonomia do trabalhador, ficando dominado por aquilo que ele próprio criou com sua mão-de-obra. O trabalhador põe sua vida em um objeto, objeto este que não lhe pertence ou seja, sua vida não lhe pertence mais.

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil. (MARX, 1844)

Ademais, a alienação do trabalhador não se restringe apenas à relação trabalhador-produto, o próprio trabalho é alienante no momento em que produz a alienação do próprio trabalhador, “alienação ativa” segundo Marx (1844). O trabalhador não apenas está alienado em relação ao objeto que produz: ele aliena a si próprio, pois a alienação do objeto representa a alienação do trabalho em si.

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato, de logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa. (MARX, 1844)

O trabalho, como atividade vital para o homem, dita, também, a forma como o qual se relaciona com a sociedade, com seu grupo. Esta atividade vital dita o próprio sentido da vida: “No tipo de atividade vital, reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter como espécie; e a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. A própria vida assemelha-se somente a um *meio de vida*.” (MARX, 1844)

Entretanto, nem seu trabalho encontra-se sob seu próprio domínio: ele vendeu sua força de trabalho, ela já não o pertence mais. Desta forma, a alienação alcança o nível de alienação frente a sua própria espécie, seu próprio ser. O homem não pertence a si, é afastado dele próprio.

Tratando-se de uma espécie que vive em comunidades, ao alienar-se de si, o homem se aliena dos outros homens, como resultado da alienação de sua atividade vital, vínculo chave para com os outros de sua espécie:

Uma consequência direta da alienação do homem com relação ao produto de seu trabalho, à sua atividade vital e a sua vida como membro da espécie, é o homem ficar alienado dos outros homens. Quando o homem se defronta consigo mesmo, também está se defrontando com outros homens. (MARX, 1844)

A quem pertence o trabalhador? Se seu trabalho, seu produto, ele próprio e sua relação com os outros homens não é pertencente a ele. Ao alienar todas esferas de sua vida, ele outorga a outrem o domínio sobre ele mesmo: o capital.

Por fim, a emancipação do trabalhador significa a abolição de todo esse sistema alienante, está diametralmente oposta à alienação, trata-se da retomada do sentido do próprio trabalho, do domínio sobre o próprio produto e, por fim, domínio sobre si e sua relação para com os outros entes de sua espécie.

Da relação do trabalho alienado com a propriedade privada também decorre que a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, assume a forma política de emancipação dos trabalhadores; não no sentido de só estar em jogo a emancipação destes, mas por essa emancipação abranger a de toda a humanidade. Pois toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou corolários desta relação. (MARX, 1844)

E não se trata apenas da melhoria das condições de trabalho, ela vai além:

O problema central é a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe em função do capital e o trabalhador é, acima de tudo, dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as

melhorias advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o status do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores (TRAGTENBERG, 2005 apud NOVAES, 2011, p. 37).

Estes elementos da superação da alienação no trabalho estão presentes no trabalho cooperado, ou associado: representa a retomada do poder sobre aquilo que ele próprio produz, sobre o que ele faz, como faz, para quem faz. O cooperativismo representa o primeiro passo para a emancipação do trabalhador: ao quebrar as correntes que o ligavam ao capital, este pode almejar a superação da sua condição como mero reprodutor do sistema capitalista.

Para além, a emancipação completa do trabalhador se daria na extinção do mercado tal como é concebido atualmente, na total desmercantilização da sociedade humana, como veremos na parte 7 deste capítulo.

2.6 LIMITES DO COOPERATIVISMO

Uma breve análise dos séculos XIX e XX nos demonstra que desde os liberais aos marxistas ao menos uma vez se pronunciaram sobre o cooperativismo. Assim como o associativismo, o cooperativismo representa uma das etapas da luta de classes, um dos caminhos que o trabalhador encontrou para, unindo forças, combater os excessos do capital e os caprichos dos capitalistas.

Cabe aqui reconhecer o potencial inerente ao cooperativismo como forma de organização dos trabalhadores:

(...) os marxistas e anarquistas reconhecem os limites do cooperativismo e da autogestão das fábricas – pois estes estão diante do modo de produção capitalista – nas, ainda assim, acreditam que eles são, ao mesmo tempo, o caminho – uma vez que trata-se de uma das estratégias de resistência da classe trabalhadora e a cena de chegada, uma vez que aponta para uma sociedade produtora de valores de uso governada pelos produtores associados. (NOVAES, 2007, p. 9)

Entretanto, a mera coletivização dos meios de produção não gera consigo a emancipação necessária para a construção de uma sociedade socialista. Não se trata de um mero transplante das forças produtivas de uma organização capitalista para uma organização solidária – ou socialista, social, etc.

A “expropriação dos expropriadores” é a penas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos trabalhadores associados. (NOVAES, 2011, p. 36)

Além disso, deve-se fazer uma outra análise em relação às heranças do capitalismo, não somente as relações oriundas do sistema capitalista para além das dimensões da fábrica, para além da mera coletivização: deve-se repensar todo aparato tecnológico no sistema socialista.

A última tecnologia é sempre superior? Esta é a indagação que fazemos para começar o debate acerca de todo aparato tecnológico do qual o capitalismo nos serviu e ainda serve e os limites de sua utilização enquanto ferramentas para construção de práticas solidárias.

O estado de mundo atual é o consenso de que tecnologia é neutra, ou seja, não carrega elementos do capitalismo em si, seria isenta de qualquer interferência, pura. Entretanto:

A viabilidade de um desenho (*design*) não depende de uma avaliação simplesmente técnica ou inclusive econômica, mas também e sobretudo de uma questão política. Uma tecnologia é aprovada como viável se está em conformidade com as relações de poder existentes. (NOBLE, 2001 apud NOVAES, 2007, p. 62)

Não cabe aqui inferir que os pesquisadores e engenheiros estão desempenhando a tarefa de destruidores dos trabalhadores, entretanto, por possuírem relações mais estreitas com a direção do que com o corpo de operários, acabam por reforçar as relações de classe (NOBLE, 2001 apud NOVAES, 2007, p. 63).

Desta forma nos fica evidente que a tecnologia, apesar de ter sua concepção advinda de um setor, teoricamente neutro – ou do qual se espera a neutralidade – deve passar pelo crivo de uma classe cuja neutralidade não é esperada: a diretoria, cujos objetivos, segundo Noble (apud NOVAES, 2007) obedecem a obsessão pelo controle, a ênfase militar e o impulso à automatização.

Ao não perceber que muitas tecnologias que poderiam estar disponíveis não receberam incentivos – sejam eles governamentais ou privados – por não estarem de acordo com a sociopolítica vigente e ficam cristalizadas do longo da seleção tecnológica, incorremos no que Novaes (2007) chama de “Fetiche da Tecnologia”.

Além disso, para a superação do capitalismo será necessária a reconstrução do aparato tecnológico concebido enquanto fruto do próprio sistema capitalista. Neste sentido ficam evidentes as limitações do cooperativismo enquanto caminho alternativo para a construção de uma sociedade igualitária.

Não se trata de uma crítica aos que entendem a autogestão e/ou o emprego de iniciativas socialistas e/ou solidárias no meio organizacional apenas como uma revisão das culturas de trabalho, pelo contrário, propõe-se uma nova etapa na reestruturação da sociedade capitalista: a reconstrução das forças de produção.

2.7 CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DESMERCANTILIZADA

Produtos com o fim de sua vida útil encurtada artificialmente e programados para se tornarem obsoletos em poucos anos, estas são apenas algumas das facetas da mercantilização dos produtos que produzimos e consumimos: tudo em nosso sistema é concebido com a única e exclusiva finalidade de abastecerem o mercado.

A superação do lucro como mercadoria, da mercantilização de todas as esferas da vida e, conseqüentemente da imposição como finalidade de nossa existência a geração de lucro é o tema seminal dos “herdeiros do legado marxiano”.

A mercantilização de tudo pode ser vista, atualmente, nos fenômenos da subcontratação e terceirização: as escravizações do século XXI. A principal premissa é a superexploração do trabalho que, na busca incessante por lucros crescentes, já atravessou os mares, com a realocação produtiva em diversos locais do globo.

“O avanço do capital é hoje tão intenso que quase não sobra mais espaço para o convívio não mercantilizado. O Mercado Livre, um site da internet de compra e venda de produtos, nos mostra que inclusive o beijo pode ser comprado.” (NOVAES, 2011, p. 53). Neste cenário que se percebe o avanço destrutivo do capital.

Nem mesmo os serviços públicos ficaram isentos da mercantilização, como por exemplo a educação:

(...) a mercantilização favoreceu um recuo nas conquistas sociais e, com isso, foi deixado de lado a concepção que a coloca como um direito; gradativamente, seu lugar foi ocupado por uma mercadorização dos serviços sociais. De direito do cidadão, as políticas sociais passaram a ser tomadas como serviços ao cidadão. O entendimento é que cada qual deve pagar o justo valor pelo tipo e qualidade de educação que quer receber. (LOMBARDI, 2006 apud NOVAES, 2011, p. 54)

Esta é uma das faces da alienação: a produção de bens sem valor social, sem nenhum sentido, voltada apenas para alimentar o consumerismo, através da manipulação dos consumidores e dos trabalhadores, visando a irracional reprodução do capital.

Neste contexto, o cooperativismo e o associativismo possuem papel fundamental: o da desmercantilização da força de trabalho, a principal mercadoria do capitalismo. Entretanto, aqui não cabe apenas um movimento econômico como um vírus nas entranhas do sistema capitalista, que, aos poucos, incidirá na total dominação da sociedade capitalista e na emergência da sociedade socialista.

O papel da política, da construção de práticas autogestionárias para além dos muros das fábricas, ou dos galpões, como será visto adiante no trabalho, é parte imprescindível da mudança social. Só com a autogestão tida como meio e fim, como processo totalizante, que pode ser possível construir uma sociedade desmercantilizada, sem mercado, um autogoverno dos trabalhadores, que não seja governada por uma força estranha a ele mesmo, o capital Mészáros (2002).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O seguinte trabalho trata de um estudo de caso realizado em uma cooperativa da Região Metropolitana de Porto Alegre, situada em Novo Hamburgo, no bairro Rio Branco. Neste capítulo será tratada a abordagem utilizada e os motivos pelos quais foi escolhida.

A estratégia utilizada por esta pesquisa é, a partir da observação das rotinas diárias dos trabalhadores da cooperativa COOLABORE, quais processos autogestionários estão presentes nas atividades da cooperativa e se ela, a autogestão, é realmente elemento norteador das praticadas no dia-a-dia da organização.

A partir desta questão, o trabalho visa estabelecer de que forma a autogestão, pressupondo que estes processos estejam presentes e aplicados na organização, impacta na forma como os cooperados interagem entre si, seja nas tarefas que compõe sua rotina de trabalho, seja na tomada de decisões, e se levam estas práticas para outros âmbitos de suas vidas.

Este objetivo se enquadra, segundo YIN (2010), no tipo de pesquisa do Estudo de Caso, segundo o autor, em ambientes onde não é possível obter controle dos eventos comportamentais, limitando, então, a pesquisa à coleta de dados – por meio de entrevistas, observação, análise documental, por exemplo –, evitando-se ao máximo a influência do pesquisador no meio analisado. Ademais, o foco do estudo são os acontecimentos observados em sua contemporaneidade, como as práticas da organização se dão no contexto atual, não como elas foram concebidas outrora ou como se espera que seja em tempos futuros.

Ambas estas características do ambiente a ser estudado reforçam a escolha do Estudo de Caso como método de pesquisa, pois:

The more that your questions seek to explain some present circumstance (e.g., “how” or “why” some social phenomenon works), the more that the case study method will be relevant. The method also is relevant the more that your questions require and extensive and “in-depth” description of some social phenomenon. (YIN, 2009, p. 4)

Ainda para YIN (2009), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto real e quando não há como separar o fenômeno de seu contexto:

In other words, you would use the case of study method because you wanted to understand a real-life phenomenon in depth, but such understanding encompassed

important contextual conditions – because they were highly pertinent to your phenomenon of study. (YIN, 2009, p. 18)

Além da observação, serão utilizados entrevistas e documentos disponíveis para demais análises pertinentes na pesquisa: como eles entendem a gestão da cooperativa, se houve impacto nas suas perspectivas de vida após se tornarem cooperados, em como o trabalho na COOLABORE se diferencia, isso se for constatada alguma diferença pelos entrevistados, de outros trabalhos que possam ter tido ao longo de suas carreiras; os documentos servirão para a parte mais quantitativa da pesquisa, que se interessa no vencimento obtido pelos trabalhadores cooperados, se está acima ou abaixo do praticado no mercado, pois é parte importante da verificação da viabilidade deste projeto como fonte de renda das famílias dos trabalhadores, não apenas como complemento.

Foram realizadas duas visitas à cooperativa, na primeira, no dia 27 de setembro de 2013, delas fora entrevistado o representante da cooperativa como se daria o trabalho em questão. Na segunda visita à COOLABORE, no dia 21 de novembro de 2013, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas dentre os 28 cooperados que trabalham no local. Além disso, foi acompanhado o trajeto, durante o período da manhã, de dois trabalhadores, a fim de conhecer melhor o trabalho dos cooperados na coleta dos resíduos sólidos na cidade de Novo Hamburgo.

Esta segunda etapa se encaixa na segunda parte da definição do Estudo de Caso, conforme definido por YIN:

(...) Because phenomenon and context are not always distinguishable in real-life situations, other technical characteristics, including data collection and data analysis strategies, now become the second part of our technical definition of case studies: The case study inquiry copes with the technically distinctive situation in which there will be many more variables of interest than data points (...); relies on multiple sources of evidence (...). (2009, p. 18)

Desta forma fica claro como o Estudo de Caso é a forma mais apropriada de análise da cooperativa COOLABORE, pois aqui está em questão “como” a cooperativa é gerida, (como) afeta a vida dos trabalhadores, (por que) pode ser considerada ou não uma alternativa viável para os cooperados, contemplando em diversos pontos o que é preconizado em YIN.

A apresentação dos dados e a conclusão da pesquisa se darão sempre tendo em vista o que fora construído no capítulo anterior, o referencial teórico, principalmente a quinta parte – das limitações inerentes ao modelo cooperativista – pois é entendendo as limitações da proposta

cooperativista que poderemos julgar de maneira justa o que fora construído pela COOLABORE.

Não se trata de verificar na Cooperativa em questão o embrião de uma sociedade socialista, justa, igualitária e solidária, mas identificar, na prática, o potencial e a possibilidade de quebra do paradigma concorrencial-utilitarista. Como citado anteriormente, o cooperativismo não pode ser tratado como “state of the art” no que tange a reestruturação dos meios de produção, mas como o caminho, ou um dos, para tal.

4 O COOPERATIVISMO COMO CONTEXTO

Muitos dos cooperados entrevistados neste trabalho são ex-catadores de lixo, que viviam à margem da sociedade, buscando seu sustento naquilo que não mais era aproveitado. São trabalhadores e suas famílias que vivem do que para os outros não possui mais valor, o lixo.

Por este motivo que a iniciativa da COOLABORE torna-se ainda mais importante: ela resgata trabalhadores marginalizados através do trabalho cooperado, ao mesmo tempo que apropria valor àquilo que é desprezado diariamente nas residências, comércio e indústria.

O trabalhador invisível que busca sua ressurreição no lixo: o resgate duplo, do lumpemproletariado⁷, denegrado, e do resíduo descartado é uma luta por significação é a epopeia vivida por estas pessoas. É deste encontro, entre trabalhador oprimido e resíduo descartado, que se trata este trabalho, de erguer-se do patamar mais baixo da esfera social utilizando como insumo o que é totalmente desvalorizado na cadeia de produção, o lixo.

4.1 DA COOLABORE

A cooperativa, fundada em 1998, em Campo Bom, iniciou suas atividades na prestação de serviços na área da construção civil, ao passar dos anos venceram um processo licitatório de limpeza urbana, que mudou os rumos da cooperativa. Aos poucos os serviços de construção civil foram relegados a segundo plano, principalmente pela falta de estrutura e de pessoal especializado, como engenheiros.

Com o apoio da Cáritas, os cooperados foram contemplados com recursos para um projeto de dois anos na área de reciclagem de lixo, desde então a cooperativa tem focado neste ramo de atividade, obtendo a expertise necessária e abrindo filiais inspiradas no mesmo projeto cooperado.

Há três anos, em 2010, a COOLABORE firmou convênio com a prefeitura de Novo Hamburgo, abrindo duas filiais na cidade: uma no bairro Roselândia e a outra no bairro Rio Branco. A primeira responsável pelos resíduos orgânicos de toda a cidade, além de sua compostagem, já a segunda faz a coleta seletiva de materiais recicláveis em bairros adjacentes, materiais estes que são vendidos para usinas de reciclagem.

Este trabalho terá como objeto de estudo a unidade Rio Branco, que, desde sua fundação, funciona em um galpão alugado, onde são depositados, triados e prensados os resíduos que

⁷ Designação marxista para o proletariado mais pobre que não tem consciência de classe.

serão posteriormente vendidos. O valor do aluguel é custeado com a venda do material vendido e o excedente é dividido entre os trabalhadores.

Em 2012, a filial situada no bairro Rio Branco recebeu da prefeitura, através do Orçamento Participativo, um caminhão, que possibilitou a ampliação do número de bairros atendidos pelo serviço de coleta seletiva.

As retiradas mensais tiveram o valor médio de aproximadamente dois salários mínimos, parte deste valor é proveniente do acordo de prestação de serviço firmado com a prefeitura de Novo Hamburgo, no valor fixo mensal de R\$20.000,00, a outra parte é obtida através da venda do material triado.

O valor obtido na venda dos resíduos é partilhado da seguinte forma:

$$\frac{\text{valor mensal de venda} - \text{aluguel}}{\text{dias úteis do mês} \times \text{n}^{\circ} \text{ de cooperados}} = \text{retirada per capita por dia de trabalho}$$

Este valor então é multiplicado pelos dias efetivamente trabalhados pelo associado. O valor excedente retorna para o caixa da cooperativa.

4.2 DO TRABALHO

Basicamente há tarefas distintas na COOLABORE situada no bairro Rio Branco: a coleta, a triagem na esteira, e a prensa do material triado, além das tarefas de limpeza dos banheiros e da cozinha.

Um dos princípios da autogestão, o rodízio de tarefas, é amplamente utilizado pelos cooperados. Durante as reuniões mensais são elaboradas escalas de tarefas afim de proporcionar a oportunidade de que todos os associados realizem todas as tarefas. Um detalhe importante é que, dadas as limitações de alguns trabalhadores, estes ficam isentos de tarefas que exigem aptidão física elevada, como a coleta.

Além disso, a limpeza dos banheiros e cozinha também faz parte do rodízio de tarefas, onde, eventualmente, todos participarão, invariavelmente.

A coleta é realizada a pé, em rotas pré-definidas pelos cooperados. Cada cooperado recebe um número de rotas para completar durante um turno de trabalho, em períodos ociosos, alguns trabalhadores fazem alguns percursos extras para obter maior quantidade de material para a triagem.

Para esta tarefa são utilizados carros de carga puxados pelos próprios buscadores⁸ conforme mostrado na figura 1. As rotas são sempre realizadas em duplas, o que foi definido

⁸ Definição criada pelos próprios cooperados, segundo eles não há catadores, há buscadores de resíduos.

em reunião com todos os cooperados, com objetivo de reduzir o stress, e facilitar a busca por material, como mostrado na figura 2.



Figura 1 – As carroças



Figura 2 – Os cooperados já em sua rota de coleta, em duplas

Após a coleta dos resíduos, estes são depositados no início da esteira automática, onde outros cooperados farão a separação dos resíduos, conforme a figura 3, para serem, em seguida, prensados.



Figura 3 – Esteira de triagem de resíduos

Por fim, a última das etapas de trabalho realizada dentro do galpão, é a prensa do material triado e separado, como ilustrado na figura 4.



Figura 4 – A prensa

4.3 DOS TRABALHADORES

Aprofundando a análise, chegamos ao elemento básico constituinte da cooperativa: o cooperado. Através do questionário aplicado com os trabalhadores da COOLABORE, foi possível traçar o perfil destes associados e, desta forma, compreender suas histórias, origens e motivações, parte imprescindível deste trabalho de análise.

Tabela 1 – Sexo

Sexo	Entrevistados	Porcentagem
Feminino	8	53,33%
Masculino	7	46,67%

Fonte: Coleta de Dados

Como já havia sido salientado pelo representante da cooperativa, a maioria dos associados são mulheres: dos 15 entrevistados, 8 são do sexo feminino.

Tabela 2 – Idade

Idade	Entrevistados	Porcentagem
18 até 25 anos	0	0%
26 até 40 anos	3	20%
41 até 59 anos	10	66,67%
acima de 60 anos	2	13,33%

Fonte: Coleta de Dados

Dos entrevistados, a maior parte, 8 a cada 10, está acima dos 40 anos, confirmando a tendência verificada de exclusão dos trabalhadores com mais de 40 anos de idade, os inempregáveis pela idade avançada. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – e Kreling (2004), trata-se da faixa etária: “são os que ocupam, geralmente, as posições mais precárias, destacando-se o trabalho autônomo, principalmente para os homens, e os serviços domésticos para as mulheres”.

Além disso:

Com relação ao desemprego, as taxas cresceram proporcionalmente mais para o grupo de adultos com 40 anos ou mais. A dificuldade de conseguir uma ocupação parece ser bem maior para esses trabalhadores, uma vez que o tempo médio despendido na

procura por trabalho, além de ser o mais longo, mais que dobrou no período em foco. (KRELING, 2004, p. 199-200)

Tabela 3 – Escolaridade

Escolaridade	Entrevistados	Porcentagem
Sem escolaridade	2	13,33%
Ensino Fundamental Incompleto	10	66,67%
Ensino Fundamental Completo	2	13,33%
Ensino Médio Incompleto	1	6,67%
Ensino Médio Completo	0	0%
Ensino Superior Incompleto	0	0%
Ensino Superior Completo	0	0%

Fonte: Coleta de Dados

Dos entrevistados, apenas um concluiu o ensino Fundamental, outros 12 sequer passaram da 5ª série e dois deles jamais frequentaram uma escola. Esses dados demonstram o baixo nível de escolaridade dos cooperados, o que acentua a dificuldade de obtenção de emprego.

Tabela 4 – Trabalho anterior

Trabalhava anteriormente?	Entrevistados	Porcentagem
Sim, trabalho formal	8	53,33%
Sim, trabalho informal	7	46,67%
Não	0	0%

Fonte: Coleta de Dados

Quanto às atividades desenvolvidas anteriormente ao ingresso na COOLABORE, 7 dos entrevistados revelaram trabalhar informalmente e 8 possuíam vínculo empregatício formal. Este dado revelou dois grupos distintos de trabalhadores: os que já viviam do lixo, informalmente, como catadores autônomos e os ex-funcionários da indústria calçadista de Novo Hamburgo. Do primeiro grupo, dos que trabalhavam informalmente como catadores, 5 buscaram esta alternativa como fonte de renda por já estarem há mais de 1 ano desempregados.

Tabela 5 – Motivos

Qual os motivos que o levou a se associar?	Entrevistados	Percentagem
Deixar a informalidade	6	40%
Desemprego, idade	12	80%
Desemprego, escolaridade	10	66,67%
Primeiro emprego	0	0%

Fonte: Coleta de Dados

Como principal causa do desemprego, 12 dos entrevistados citaram a idade avançada, mais de 40 anos, e 10 a falta de escolaridade. Fato que os levou buscar o trabalho cooperativado como alternativa de encontrar uma fonte de renda formal e com possibilidade de aposentadoria pelo INSS (todos os cooperados recolhem 11% das retiradas para o fundo de previdência social do Governo Federal).

Tabela 6 – Retorno ao trabalho não-cooperado

Voltaria ao trabalho não-cooperado?	Entrevistados	Percentagem
Sim	4	26,67%
Não	11	73,33%

Fonte: Coleta de Dados

Dos entrevistados, apenas 4 voltariam para o trabalho assalariado e o motivo pelo qual o fariam foi unânime: a maior garantia de benefícios, como férias, 13º, seguro desemprego e FGTS.

Tabela 7 – Participação nas reuniões

Participa ativamente das tomadas de decisão da COOLABORE?	Entrevistados	Percentagem
Sim	14	93,33%
Não	1	6,67%

Fonte: Coleta de Dados

Dos trabalhadores entrevistados, apenas um revelou não participar efetivamente das reuniões devido ao pouco tempo que estava na cooperativa, se limitando apenas a assistir os debates mensais realizados dentro do galpão.

Entre as diversas respostas dadas à questão 12 da entrevista, podemos destacar a uniformidade delas, 13 dos entrevistados citaram a importância das reuniões no que diz respeito a maior possibilidade de integração, o debate de ideias, a busca pelo consenso de todos os cooperados, o fato de todos serem chefes, o aprendizado mútuo e que “sozinho não se resolve nada”. Outro fato bastante relevante é que muitos dos que afirmaram não retornar ao regime de salariato devido especialmente à falta de atenção e de voz do trabalhador perante suas chefias nas empresas onde trabalharam. Apenas dois dos associados afirmaram não perceberem nenhuma importância no que tange as reuniões realizadas mensalmente.

Quanto à questão 14, foram unânimes, todas as decisões acerca do próprio trabalho são tomadas através destas reuniões. Isto denota que não há deliberações dentro do galpão, tudo deve ser definido pelo debate em conjunto dos associados, sem exceções.

Até mesmo o desligamento de cooperados passa pela assembleia: no caso de um colega cujas faltas tornam-se reincidentes, ou cujo trabalho não satisfaz as exigências do grupo, pode ser convocada uma reunião extraordinária para decidirem sobre o retorno ou não deste associado.

No percurso da coleta, foram feitas, duas vezes, individualmente perguntas com o objetivo de instigar o pensamento egoísta dos cooperados, como: “Não seria melhor cada um ganhar apenas pelo que consegue coletar na rua, sem dividir com os que ficam na esteira e na prensa?” As respostas foram em ambos os casos foi o reforço da ideia de coletividade, ressaltando uma das respostas: “Mas aí o pessoal que não tem condições de coletar vai viver do quê? Todo mundo precisa se ajudar se todos querem ter seu dinheiro no fim do mês, ninguém tem que ganhar mais do que ninguém, todo mundo trabalha junto e ganha junto (SIC)”.

Entretanto, alguns pontos negativos foram observados durante as visitas à cooperativa: a falta de educação no que diz respeito aos princípios da autogestão, a maior parte dos cooperados não tem consciência dos processos do qual participa, muitos acreditam que a reunião não passa de um mero processo de socialização e troca de ideias, não percebem o quanto essas práticas podem ser impactantes em sua vida.

Além disso, percebe-se a forte dependência governamental da cooperativa e sua grande influência do controle das atividades exercidas pela COOLABORE, as visitas dos responsáveis ligados à prefeitura são frequentes e o controle é feito diretamente sobre o representante da cooperativa, sem a participação dos outros membros. Tolhe-se então a livre iniciativa dos

associados, cujas ações passam pelo crivo da administração pública da prefeitura de Novo Hamburgo.

Pode-se afirmar, com isto, que a iniciativa da COOLABORE em Novo Hamburgo, segue um caráter visivelmente assistencialista, cujo foco não está na ampliação dos horizontes do associado, na superação da alienação do trabalho como objetivo fim e sim em ser meramente uma alternativa ao desemprego estrutural causado pela falência do setor calçadista de Novo Hamburgo.

5 ANÁLISE DOS DADOS

O cooperativismo, como visto e praticado dentro dos muros da COOLABORE, possui suas virtudes e suas limitações. Um dos aspectos que podemos ressaltar é o estímulo ao pensamento e práticas solidárias, ressaltado por França Filho (2004), Singer (2006): dentro do galpão ninguém recebe mais ou menos do que outrem, todos possuem voz e as tarefas são divididas conforme as limitações físicas e a capacidade técnica de cada um, os excedentes são divididos igualmente na proporção dos dias trabalhados por cada um, afastamentos para fins pessoais são bem aceitos e devem ser todos, invariavelmente debatidos em uma reunião.

Pode-se perceber que as decisões tomadas a respeito da divisão de tarefas não seguem a mesma lógica do acúmulo capitalista: o rodízio é realizado conforme o bem estar de cada associado, não são feitos cálculos de produtividade, são ouvidas as vontades de cada um, conforme aptidão e desejo de desempenhar tal função.

Como reflexo de uma postura mais solidária, podemos destacar outra de suas grandes virtudes: o estímulo, ao menos dentro do galpão, a gestão democrática, na qual podemos perceber diversos princípios da autogestão como definida por Novaes (2011) e Singer (2006).

A quase ausência de hierarquia, exceto pela existência de um representante, um porta-voz dos associados; a inexistência de separação entre corpo técnico e a cúpula administrativa: todos trabalham e deliberam sobre seu próprio trabalho e os rumos da própria cooperativa; as assembleias mensais e as extraordinárias para decisão de assuntos que precisem de decisão rápida, no momento; a divisão por igual das quotas-parte e do excedente obtido; e por fim, o fluxo das informações que flui de baixo para cima, é o trabalhador que deixa transparente seus desejos, vontades e aspirações, não o contrário.

No que tange a alienação, segundo visão de Marx (1844), pode-se fazer a seguinte análise: ao deliberar sobre como trabalham e para quem trabalham, ainda que a expressão de sua força de trabalho este objetificada no produto final, os trabalhadores superam dois elementos básicos da alienação: a alienação em relação ao objeto que produz e a alienação em relação ao seu trabalho.

Não estando mais destinados a criar valor para uma classe externa, detentora dos bens de capital, estão produzindo valor para si, remunerando sua mão de obra na mesma proporção que agregam valor ao produto de seu esforço coletivo de trabalho.

Essa mudança de paradigma começa num elemento base: a transferência da propriedade privada para a propriedade coletiva dos meios de produção, este elemento, por si só,

desencadeia esta série de mudanças vistas neste trabalho. A propriedade privada representa o que há de mais básico no sistema capitalista, o da posse dos meios de produção por um elemento externo ao trabalhador e o rompimento com esta lógica é fato determinante na construção de uma alternativa ao capitalismo.

Entretanto, no decorrer da análise tornam-se evidentes algumas das limitações já discutidas por Novaes (2007). A mera existência de uma iniciativa solidária em meio a um contexto dominado pela influência do capital e sua primazia em relação ao trabalho não é capaz de mitigar todas as mazelas decorrentes da lógica utilitarista-acumulativista, não há, neste âmbito, nenhuma oposição ao mercado tal e qual se apresenta.

Ao estar inserida no contexto do capitalismo, as cooperativas, no caso a COOLABORE, na melhor das hipóteses consegue transpor algumas das barreiras da alienação. Porém, findo o produto de seu trabalho, estão jogados, querendo ou não, na lógica do mercado capitalista, não estão sendo exercitadas, no âmbito extra-organizacional os outros círculos de troca citados por Polanyi (1983). Limita-se a influência da cooperativa apenas para dentro dos limites do galpão, e a falta de uma educação visando a conscientização dos trabalhadores em relação a sua própria emancipação torna ainda mais evidente este fato.

Quando o resíduo vendido é adquirido e reprocessado, por uma empresa capitalista, retornando à lógica do mercado, todo o trabalho do cooperativado torna-se mero insumo daquilo que será novamente industrializado e retornará contra o próprio trabalhador: perde-se o poder sobre seu trabalho assim que ele deixa os limites do galpão da cooperativa. Retorna-se então ao processo alienante da produção capitalista.

Ademais, dentro da própria cooperativa, existem práticas alienantes: o caráter assistencialista verificado na filial Rio Branco retoma a alienação, o cooperado está alheio ao seu papel na sociedade, trata o trabalho cooperado apenas como outra alternativa para não passar fome, não se supera a condição de lumpemproletário, continua preso ao paradigma da inconsciência coletiva (MARX, 1844), da ausência de pensamento crítico sobre seu papel na sociedade e na luta contra o sistema capitalista.

Alguns dos processos autogestionários não foram verificados na gestão da COOLABORE: o cargo de representação da cooperativa não é revogável a qualquer tempo, muito menos: não cabe a revogação a não ser por parte dos órgãos da prefeitura, responsáveis pela gestão do projeto de inclusão assistencialista promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e da Diretoria de Economia Solidária do município de Novo Hamburgo.

Após o rodízio democrático e calcado em propostas solidárias, visando o bem estar de cada cooperado, trabalhando conforme seus limites físicos, todo o aparato mecanizado possui como finalidade apenas a produtividade, encerra-se aí a visão autogestionária: a mera transposição de uma iniciativa capitalista para o modelo de gestão autogestionário e a coletivização dos meios de produção não implicam, como alertado por Novaes (2007) na superação de toda tecnologia concebida em seio capitalista, tampouco na criação de uma sociedade socialista.

Ao não perceber que tal tecnologia tem como único objetivo a reprodução da dominação capitalista, incorre-se no que foi chamado pelo autor de “Fetichismo da Tecnologia”. Tornando mandatória a reconstrução do aparato tecnológico visando outros fins, fins estes que devem estar baseados na segurança do trabalhador, no menor esforço, na maior identificação com o trabalho e menor divisão de tarefas.

Por fim, cabe salientar que esta iniciativa solidária não contribui na construção de uma sociedade menos mercantilizada no momento em que seu output serve de insumo para a produção de bens tão alienantes quanto os produzidos com insumos advindos de empresas capitalistas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as organizações fundadas pelos trabalhadores no século XIX, a luta contra os abusos do salariedade e do capitalismo marcam os movimentos autônomos pela conquista da independência do trabalho em função do capital. A construção de uma sociedade mais solidária, autogestionária e socialista, como exposto ao longo do trabalho, perpassa por diversas lutas ao longo da história, desde os sindicatos até as cooperativas de trabalho.

Entretanto, cabe aqui analisar as propostas estabelecidas nos objetivos desta pesquisa:

- a) **Estudar as práticas da COOLABORE a fim de observar como se comportam os empreendimentos autogestionários e sua capacidade de emancipação do trabalhador.**
- b) **Verificar o potencial da COOLABORE como geradora de renda para os trabalhadores cooperados e a possibilidade de obterem-se vencimentos e/ou benefícios que justifiquem a prática como uma alternativa à venda da mão de obra em empresas capitalistas.**

Começaremos pelo item B, verificar o potencial da cooperativa como geradora de renda a ponto de se configurar como alternativa viável. Este ponto é praticamente unânime para os trabalhadores, 11 dos 15 entrevistados sequer pensam em retornar à trabalhar em empresas capitalistas, seja pelo maior salário ofertado pela COOLABORE, seja pela importância de dão às reuniões praticadas na cooperativa.

É inegável o fato de que um rendimento médio mensal de dois salários mínimos está muito acima das expectativas de trabalhadores invisíveis, que viviam em média, segundo dados do DIEESE, com menos de R\$1.000,00 mensais em média. Neste ponto não há o que ser levantado, a COOLABORE cumpre seu papel de ser uma alternativa viável de obtenção de renda para os trabalhadores.

Quanto ao item A, pode-se atribuir pontos positivos e negativos para o comportamento da iniciativa associada da COOLABORE em função dos processos autogestionários e o grau de emancipação atingido pelos trabalhadores.

A iniciativa estudada se legitima nas diferenças encontradas com empresas tradicionais do sistema capitalista: dividem seus lucros, fazem rodízio de suas atividades, elaboram a divisão de tarefas com base nas limitações de cada colega, decidem tudo que é pertinente ao trabalho através de assembleias e reuniões.

Entretanto, podemos ver que as mudanças estão limitadas à influência totalizante do próprio sistema: uma vez que o produto deixa o galpão, está de volta ao círculo de dominação capitalista, sujeito às mesmas regras do sistema.

Não apenas fora do galpão, mas dentro, no próprio aparato tecnológico utilizado pela cooperativa em suas rotinas de trabalho: elas são focadas nas necessidades do capital, como produtividade e menores custos. Não possui um maquinário concebido com foco nas condições do trabalho, na segurança do trabalhador ou na menor divisão do trabalho.

O socialismo, assim como o capitalismo, necessita que seus princípios sejam reproduzidos em todas as esferas da vida em sociedade, não basta que se implemente parte da gestão autogestionária no seio de um pequeno projeto para que se chegue as mudanças necessárias no convívio e nas relações entre os trabalhadores, entre toda a sociedade.

O ser humano é um ser social, é preciso que reestruture-se estas relações para que se supere o capitalismo como meio de produção e de distribuição, e para isto não basta apenas a melhoria nas condições de trabalho, conforme exposto por Tragtenberg (2005) apud Novaes (2011). Os elementos chave da superação do trabalho alienado, como o ritmo de trabalho, sua concepção e status continuam sob poder de outrem, de outra classe, a classe capitalista.

Por fim, cabe um novo questionamento: como expandir a influência da autogestão para além dos muros das fábricas? Como incentivar o trabalhador a buscar seu papel como agente transformador da sociedade? É necessário ir além, deve-se conhecer o trabalhador e suas motivações, conscientizá-lo de sua condição de proletário submetido aos caprichos do capital para que a classe trabalhadora busque sua emancipação para além do galpão.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, C. **Socialismo ou barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DE SOUSA SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. ISBN 85-200-0605-1.

FILHO, P. L.; VERONESE, M. V. Tramas conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon, Bourdet e Guillermin. **Revista de Ciências Sociais**, abril 2012. 267-290.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios da Economia Solidária. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 15 novembro 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. D. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HOBBS, T. **Leviathan**. London: Andrew Crooke, 1651.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego**. IBGE. [S.l.]. 2013.

IVO, T. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

KRAYCHETE, G. **Economia Solidária: conceitos e contexto**. Fundação Luis Eduardo Magalhães. Salvador. 2002.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, Florianópolis, jan/jun 2008. 96-104.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2002.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, jul/set 2005. 109-115.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. [S.l.]: [s.n.], 1844. Disponível em: <www.marxists.org>.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.
- MINTZBERG, H. **Structure in fives: designing effective organizations**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1983.
- NASCIMENTO, C. O Programa da Comuna. In: NASCIMENTO, C. **A Comuna de Paris: história e atualidades**. São Paulo: Ícone, 2002.
- NASCIMENTO, C. **A autogestão e o "novo cooperativismo"**. Seminário Nacional de Autogestão. Joinville: [s.n.]. 2004.
- NASCIMENTO, C. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra Economía**, 2º semestre 2008. 27-40.
- NOBLE, D. F. **La locura de la automatización**. Barcelona: Alikornio, 2001. (Citado em NOVAES, 2007).
- NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. 1ª ed. São paulo: Expressão Popular, 2007.
- NOVAES, H. T. **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. 1ª Edição. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. 2ª ed. rev. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- PANIAGO, M. C. S.; MELO, E.; ANDRADE, M. A. D. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- PRIBERAM. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 30 novembro 2013.
- RIGO, A. S. Autogestão: estado ou processo? (re)fletindo as experiências no Vale do São Francisco. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, jul/set 2009. 294-314.
- SARDÁ, M.; NOVAES, H. T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, É. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 153-186.
- SEN, A. **On Ethics and Economics**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- SINGER, P. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SMITH, A. **The Wealth of Nations**. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

VERARDO, L. Economia Solidária e autogestão. **Proposta**, set/nov 2003. Disponível em:

<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/luigiverardo98.pdf>.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 4th. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2009.

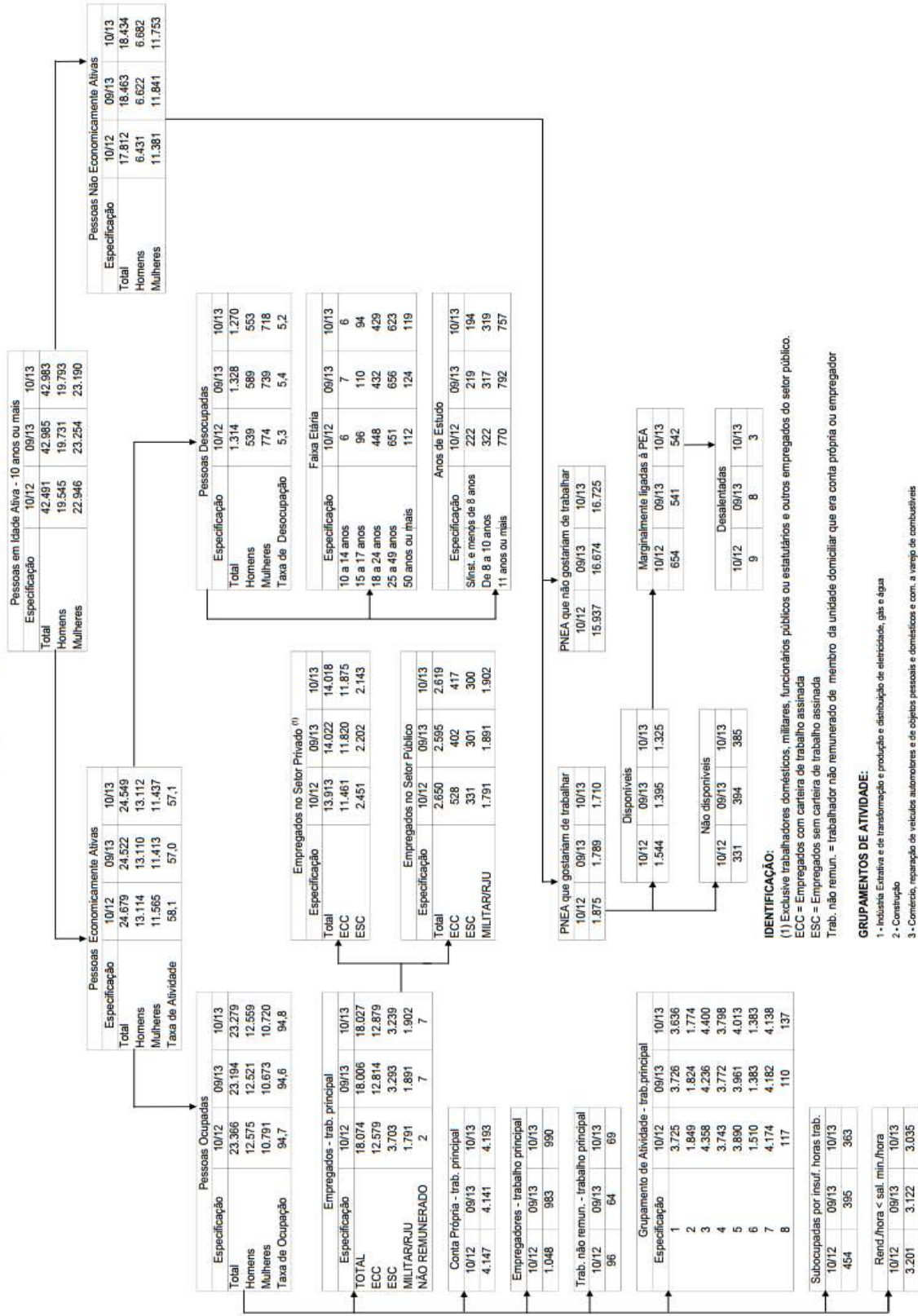
ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Sexo
 - a. Masculino
 - b. Feminino
2. Idade
 - a. 18 até 25 anos
 - b. 26 até 40 anos
 - c. 41 até 59 anos
 - d. acima de 60 anos
3. Escolaridade
 - a. Sem escolaridade
 - b. Ensino Fundamental Incompleto
 - c. Ensino Fundamental Completo
 - d. Ensino Médio Incompleto
 - e. Ensino Médio Completo
 - f. Ensino Superior Incompleto
 - g. Ensino Superior Completo
4. Estado Civil
 - a. Solteiro
 - b. Casado
 - c. Viúvo
 - d. Divorciado
5. Filhos
 - a. Nenhum
 - b. 1
 - c. 2
 - d. 3
 - e. 4
 - f. mais de 5
6. Há quanto tempo é associado à COOLABORE?
 - a. Menos de 6 meses

- b. Entre 6 meses e um ano
 - c. Entre 1 ano e 3 anos
 - d. Mais de 3 anos
7. Qual os motivos que o levou a se associar? (múltipla escolha)
- a. Primeiro emprego
 - b. Desemprego, falta de qualificação
 - c. Desemprego, idade
 - d. Outro, descreva.
8. Trabalhava anteriormente?
- a. Não
 - b. Sim, carteira assinada
 - c. Sim, trabalho informal
9. Por quanto tempo ficou desempregado até associar-se à COOLABORE?
- a. Menos de 6 meses
 - b. Entre 6 meses e um ano
 - c. Entre 1 ano e 3 anos
 - d. Mais de 3 anos
10. Voltaria ao trabalho não-cooperado?
- a. Sim, por quê?
 - b. Não, por quê?
11. Participa ativamente das tomadas de decisão da COOLABORE?
- a. Sim
 - b. Não
12. Qual a importância da participação das reuniões?
13. Quais os pontos positivos e negativos do trabalho cooperado?
14. Como são tomadas as decisões sobre o seu trabalho?

ANEXO B – PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - IBGE
ESTIMATIVAS PARA O MÊS 10/2013 (EM MIL PESSOAS)
REGIÃO METROPOLITANA DE SAL. BH, RJ, SP e POA



IDENTIFICAÇÃO:
(1) Exclui trabalhadores domésticos, militares, funcionários públicos ou estatutários e outros empregados do setor público.
ECC = Empregados com carteira de trabalho assinada
ESC = Empregados sem carteira de trabalho assinada
Trab. não remun. = trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE:

- 1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água
- 2 - Construção
- 3 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis
- 4 - Serviços prestados à empresa, alugados, atividades imobiliárias e intermediação financeira
- 5 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social
- 6 - Serviços domésticos
- 7 - Outros serviços
- 8 - Outras atividades